



S U M Á R I O

- 2 Os objetivos da Política Exterior de Lula**
Amado Luiz Cervo
- 6 Posibilidades y ejes de la política exterior de los países pequeños de América Latina a inicios del siglo XXI**
Lincoln Bizzozero
- 9 Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha? A dimensão de segurança**
Paulo Antônio Pereira Pinto
- 12 Interessa ao Brasil uma taxa sobre os movimentos de capitais?**
Paulo Roberto de Almeida
- 16 O contencioso Israelo-Palestino, a Corte de Haia e a Construção do Muro: Uma vitória moral suplanta uma política de humilhação**
Hussein Ali Kalout
- 18 Vaticano: as eleições norte-americanas**
Virgílio Arraes
- 20 Mercosul, para além de uma agenda externa**
Janina Onuki
- 22 O breve século XXI e o novo conflito de lideranças: EUA versus EUA**
José Ribeiro Machado Neto

Os objetivos da Política Exterior de Lula

Amado Luiz Cervo*

Esse artigo tem como tema as ambições, os objetivos e os resultados da política exterior de Luiz Inácio Lula da Silva. Três pontos serão examinados: em primeiro lugar, a transição de Fernando Henrique Cardoso a Lula, em segundo, a visão de mundo e as intenções iniciais de Lula na área externa e, em terceiro, uma tentativa de avaliar os primeiros resultados da ação externa de Lula, há um ano e meio na Presidência da República.

1. A transição de Cardoso a Lula

A transição da política exterior de Cardoso a Lula levanta a questão da racionalidade do Estado. Essa racionalidade, mantida por um corpo diplomático profissionalizado, requer continuidade mais que mudança.

Lula, entretanto, foi eleito com base em dois argumentos de campanha: remediar o déficit social, ou seja, trazer para a sociedade de consumo e bem-estar mais de trinta milhões de brasileiros, e atenuar a vulnerabilidade externa do país. A vitória do PT correspondeu a uma aspiração da opinião no sentido de mudar-se o “modelo” de gestão da coisa pública.

A ação externa do governo Cardoso concentrou esforços em quatro domínios: antes de tudo, o multilateralismo, depois o regionalismo, os Estados Unidos e a União Européia. Cardoso alimentou a fé de muitos analistas de relações internacionais na construção de uma ordem global feita de “regras transparentes, justas e respeitadas por todos”. E supôs, ademais, que isso obteria mediante uma aliança estratégica com o Ocidente.

Seu multilateralismo era idealista, no sentido kantiano, de um mundo feito de paz, harmonia e cooperação. Cardoso sonhou com um comércio

internacional regulado pelo GATT-OMC, sonhou com o controle dos fluxos financeiros estabelecido por instituições como G7, FMI e Banco Mundial, com a proteção do meio ambiente consoante regras fixadas pela Conferência de 1992 e subseqüentes convenções e protocolos, com um regime de segurança global estabelecido pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, enfim, com o respeito pelos direitos humanos, sociais, da mulher, das minorias e outros que as respectivas conferências internacionais se propunham amparar em escala mundial.

Decepcionado com os resultados do multilateralismo dos anos 1990, Cardoso produziu o conceito do sociólogo das relações internacionais, a *globalização assimétrica*, para avaliar o jogo das forças em um sistema de benefícios desiguais, em que os países periféricos foram encurralados do lado dos perdedores.

Para compensar o idealismo kantiano espalhado na ação multilateral do Brasil, Cardoso voltou-se com senso realista para a integração no Mercosul. Obteve resultados positivos, como a empatia das inteligências brasileira e argentina, a criação de uma zona de paz regional, a expansão rápida do comércio intra-bloco, a elevação do Mercosul à condição de sujeito de direito internacional, a produção de uma imagem externa acima de sua própria realidade e, enfim, sua utilização para alicerçar o projeto de unidade política, econômica e de segurança da América do Sul.

Durante a era Cardoso, a relação com os Estados Unidos, o parceiro secular do Brasil, tornou-se problemática. O multilateralismo de Cardoso se chocava com o unilateralismo da única potência imperial ao tempo da globalização. O Brasil de Cardoso não soube mais como lidar com o tradicional parceiro estratégico: submetia-se na esfera econômica e confrontava-o pelo discurso político.

* Professor titular de História das Relações Internacionais da Universidade de Brasília e Professor do Instituto Rio Branco.

Uma saída para o dilema das relações com os Estados Unidos foi encontrada nas relações com a União Européia. Com a força do Mercosul por trás, o governo de Cardoso negociou ao mesmo tempo a criação da ALCA e de uma zona de livre comércio com a Europa, na expectativa de realizar efeitos de equilíbrio.

Na avaliação do Partido dos Trabalhadores, esses quatro eixos da ação externa da era Cardoso embutiram equívocos estratégicos que converteram a década dos noventa em década das ilusões para o país. Quais teriam sido esses equívocos?

O comércio exterior converteu-se em variável dependente da estabilidade de preços. Perdeu as funções de estimular a produção interna e de gerar superávit com que enfrentar os déficits do balanço de pagamentos. Uma corrida desenfreada atrás de capitais, pelos mecanismos de juros altos e de privatizações com alienação dos ativos às empresas estrangeiras, engendrou a ilusão de divisas e abriu novas vias de transferência de renda ao centro do capitalismo. A geração de tecnologias pelo sistema produtivo foi interrompida. Enfim, na avaliação do PT, Cardoso promoveu a abertura como estratégia, sem estratégia de inserção madura no mundo da interdependência global. Os efeitos macroeconômicos e geopolíticos fizeram-se sentir com o incremento da vulnerabilidade externa: aumento exponencial da dívida, dependência empresarial e tecnológica, dependência financeira, destruição do núcleo central da economia nacional e conseqüente perda de poder sobre o cenário internacional.

Durante o primeiro ano do governo de Lula, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, na avaliação de muitos, pareciam dar continuidade à ação externa de Cardoso, na esfera econômica. Contudo, tomada em seu conjunto, a política exterior, mudou: vem sendo conduzida por dirigentes que desejavam corrigir as distorções da era Cardoso, entre eles, o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, o Secretário Geral, Samuel Pinheiro Guimarães e o assessor Marco Aurélio Garcia.

2. As linhas de força da política exterior do governo Lula

Cardoso concentrou sua ação no Primeiro Mundo, Lula desejou o universalismo da política exterior: quis recuperar espaços perdidos na África e no mundo árabe e estabelecer alianças fortes com países emergentes, como a Índia, a China e a África do Sul. Relançou, portanto, a cooperação sul-sul, um sonho que vem dos anos 1970 e foi abandonado por Cardoso, em favor de sua aliança com o Ocidente. Lula voltou-se para o Mercosul com maior insistência, vendo nele o ponto de partida para a conformação do bloco sul-americano. Com isso, o multilateralismo deixou de lado a ilusão kantiana, equilibrando-se com bilateralismo e regionalismo ativos.

O mundo ideal de Cardoso era o da *governança global*, o de Lula, *multipolar*. Sua diplomacia age no sentido de promover a evolução do sistema unilateral centrado nos Estados Unidos para o sistema composto de outros pólos de equilíbrio: União Européia, Japão e China no Extremo Oriente, Rússia na Eurásia, Atlântico Sul de África e América do Sul. Essa reorganização do mundo em nova ordem é percebida como benéfica para todos os povos e particularmente para a realização dos interesses brasileiros.

Com o objetivo de promover o mundo multipolar, Lula atribui grande prioridade à obtenção de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A América do Sul é concebida como espaço natural de afirmação dos interesses brasileiros. A este espaço, a diplomacia pensa em agregar países chaves do Atlântico africano. O conjunto comporia uma plataforma econômica e política, a qual, tendo o Mercosul como motor, trará como resultados o reforço das economias nacionais pela via de sua regionalização, a autonomia decisória na esfera política e a exclusão de intervenções externas tendo em vista resolver problemas de segurança regional.

Dentre os objetivos externos de Lula, talvez os mais relevantes consistem em sanar dependências

estruturais e buscar a inserção interdependente. Em outras palavras, atenuar a vulnerabilidade externa.

Lula planeja outro modo de inserção no mundo da globalização, introduzindo remédios de equilíbrio aos males da globalização assimétrica. De que modo? Reforçar o núcleo central da economia nacional, estatal ou privado, nacional ou estrangeiro; reconverter a política de comércio exterior em instrumento estratégico de desenvolvimento; conter a evasão de renda líquida nacional; enfim, promover a internacionalização da economia nacional, desde a plataforma regional.

O modo de fazer a nova política preserva o que chamo de “acumulado histórico” da diplomacia brasileira: autodeterminação, não intervenção, pacifismo, cordialidade oficial com os vizinhos, respeito aos estatutos jurídicos da ordem, nacionalismo cooperativo e não confrontacionista e ideologia desenvolvimentista.

Da era Cardoso para Lula, o Brasil evoluiu de uma aliança estratégica com o Ocidente, feita de subserviência decisória e de ilusão kantiana, para o universalismo de ação, feito do jogo duro e realista das relações internacionais. O Brasil de Lula molda sua política exterior pelo paradigma do Estado logístico, imitando o comportamento dos grandes.

3. Avaliação de resultados

Ao termo de um ano e meio de governo, torna-se arriscado fazer um balanço dos resultados da política exterior de Lula. Seleccionamos, pois, alguns indicadores e fatos, no âmbito da alta política internacional, do multilateralismo econômico e das relações regionais.

Lula obteve apoio de grandes líderes mundiais a seu pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança. Como também para criação de um fundo (pela taxação de capitais especulativos ou do comércio de armas?) para combate à fome e à miséria. Para Lula, terrorismo não se combate pelas armas, fazendo a guerra contra países, mas pela cooperação entre os serviços de inteligência e, sobretudo, pela

solidariedade, erradicando a miséria e a fome. Essa dimensão humanista da política exterior não é gratuita, porquanto reforça a disposição de exercer liderança regional e influência global, concretamente úteis à realização de interesses nacionais.

No seio da Organização Mundial do Comércio, a diplomacia brasileira subordinou a criação de regras aos interesses reais do Brasil e a seu desenvolvimento.

Durante a reunião de 2003 em Cancún, os negociadores brasileiros surpreenderam a Europa e os Estados Unidos, vinculando a negociação do comércio agrícola ao tema da sujeição de investimentos, concorrência, compras governamentais e facilitações das trocas às regras do próprio comércio internacional. Foi possível criar um grupo de países emergentes, o G-20, e negociar em Cancún, e depois em Genebra, em pé de igualdade com os ricos, a liberalização do comércio agrícola.

Em Cancún, de acordo com o novo pensamento do Itamaraty, não entrou em ação o unilateralismo dos Estados Unidos, tido por muitos como nocivo em seus efeitos sobre os ordenamentos globais nas esferas tanto econômica, quanto política e de segurança. Outra dimensão das relações internacionais, as chamadas estruturas hegemônicas, uma idéia cara ao Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, explica o duelo travado no seio da OMC.

Eram as estruturas hegemônicas, uma espécie de conluio dos grandes, que determinavam o ordenamento do comércio internacional estabelecido pela OMC em favor dos países ricos. As estruturas hegemônicas promovem o interesse unilateral dos países avançados. Por isso, o G-20. Este grupo reforçou o poder do sul e deu provas de capacidade negociadora.

Um conjunto de efeitos resultou da reunião ministerial que reuniu em Cancún representantes de 146 países :a) a criação do G-20 e o novo papel do Brasil junto aos países emergentes; b) a possibilidade de se negociar comércio agrícola na formação da ALCA, independentemente da OMC; c) o reforço do regionalismo, como o Mercosul, e do bilateralismo; d) um freio na produção de regras da governança

global em construção desde os anos 1980, que vinha alargando o fosso entre ricos e pobres.

A negociação para formação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) foi conduzida pelo governo Lula com um objetivo: impedir o aprofundamento de assimetrias, ou seja, preservar para o Brasil a vocação de país industrial. Essa filosofia foi incorporada pelo parceiro estratégico do Brasil no continente, a Argentina de Néstor Kirchner. Ante o desentendimento entre Estados Unidos e Brasil, que no momento compõem a presidência das negociações, a conformação da ALCA foi quase paralisada. Os Estados Unidos estabelecem acordos bilaterais de comércio com grandes, como o México, mas sobretudo com pequenos países da América Central e do Sul. O Mercosul revida com acordos com os mesmos países e outros, negocia a fusão com a Comunidade Andina e alcança até mesmo a promessa de adesão do México. Ademais, avança com maior determinação a negociação da área de livre comércio com a União Européia.

Esta última engloba diferente filosofia política, não se restringindo exclusivamente à barganha de interesses econômicos que visem preservar a assimetria das estruturas hegemônicas, como no caso das negociações da ALCA, mas agrega elementos de cidadania, direitos sociais e humanos. Por isso é mais bem vinda.

As relações do governo Lula com o FMI e diante dos capitais voláteis são relações de relutância, toleradas enquanto indispensáveis. Permanece no governo Lula a histórica convicção dos dirigentes brasileiros, segundo a qual o desenvolvimento deva ser tocado por forte apoio do capital e da tecnologia

do centro capitalista. Mas, à diferença de Cardoso, sem enfraquecer o empreendimento de caráter propriamente nacional.

A Argentina de Néstor Kirchner e Roberto Lavagna reassumiu, no governo Lula, a condição de parceiro político número um. Ambos os países concertam posições comuns na OMC, ALCA, negociações com a União Européia, G-20 e América do Sul. Ambos reforçam o Mercosul com o fim de elevar a capacidade de negociação e de obter resultados sobre o cenário internacional.

Por isso tudo, as relações com os Estados Unidos permanecem importantes, sem serem a preocupação essencial da política exterior. A diplomacia de Lula costurou, com senso prático, uma sólida rede de relações externas que engendraram contrapesos à histórica dependência diante dos Estados Unidos.

O país tornou-se mais seguro, havendo fortalecido seus laços com a Europa, estendido sua ação à África e à Ásia no seio do G-3 (Brasil, África do Sul e Índia), aumentado seu poder de barganha com o centro no seio do G-20 e com a América do Sul no seio do Mercosul.

A vulnerabilidade externa diminuiu: a) em razão da interrupção do ciclo de endividamento; b) do aumento extraordinário de saldos do comércio exterior; c) de menor dependência financeira externa e d) do universalismo de ação. O governo de Lula afirma quase todo dia que preparou bem o país para nova fase de desenvolvimento de longo prazo. Sem romper com valores, princípios e normas de conduta permanentes da diplomacia, ontem e hoje um patrimônio da nação.



Posibilidades y ejes de la política exterior de los países pequeños de América Latina a inicios del siglo XXI.

Lincoln Bizzozero *

1. El tema en debate

En pocas décadas los países de América de Latina debieron afrontar cambios sustantivos del sistema internacional y del entorno global. La implosión de la Unión Soviética y del régimen socialista derivó en dos fenómenos que convergieron en sus inicios: el sistema internacional devino unipolar en términos estratégicos tal cual se entendía el mismo en recursos de poder y el modelo de desarrollo dominante restringió la intervención estatal. Algunas manifestaciones concretas de esos cambios en América Latina (existen diferencias de ubicación e historias político-institucionales entre América del Sur, Central y del Norte) se expresaron en los temas de una agenda positiva que impulsó Estados Unidos a través de la Iniciativa Bush para las Américas a inicios de los noventa. Esa agenda de reformas a impulsar en los países de América Latina propugnaba una apertura de las economías y una reforma del Estado sobre la base de regímenes democráticos. Por otra parte, los avances de la Ronda Uruguay del GATT que culminaron con el nuevo régimen de comercio internacional y la conformación de la Organización Mundial del Comercio produjeron cambios de relevancia en la lógica anterior de relaciones entre el Norte y el Sur del planeta. En particular, el principio de discriminación que tendía a diferenciar países y sectores fue reemplazado por el principio de reciprocidad que tendía a equiparar los países en sus derechos y obligaciones.

El entorno global también se modificó fundamentalmente como consecuencia de los

cambios propulsados por los avances tecnológicos, que se expresaron con mayor vigor en el sector de las telecomunicaciones. Uno de los primeros sectores en aprovechar las innovaciones tecnológicas fue el financiero con las consiguientes repercusiones para el sistema internacional y los Estados. De ahí que la globalización adquiriera un viso de inalcanzable y de incontrolable, sobre todo desde la perspectiva de los países periféricos (y en particular pequeños).

Frente a estos cambios se procesaron algunas respuestas enmarcadas en lógicas internacionales, continentales o regionales, que desde los años ochenta buscaron adaptar las políticas exteriores de los países latinoamericanos a las necesidades de la modernización, transición democrática, fortalecimiento de las instituciones, capacitación conceptual e instrumental para comprender el cambio del modelo y las consecuencias derivadas de la revolución tecnológica en el sistema internacional. Los países pequeños de América del Sur con distintos antecedentes institucionales y republicanos y también diferentes historias político-sociales y étnicas se vieron confrontados a adaptarse a los cambios impulsados desde el sistema internacional sobre todo por Estados Unidos en el continente y por las lógicas de la reestructuración productiva. Las respuestas regionales retomaron anteriores instrumentos de cooperación e integración y a través de los mismos comenzaron a esbozar determinados lineamientos con el objetivo de conseguir una inserción competitiva en el sistema internacional.

La adaptación sistémica y necesaria se realizó sobre las antiguas estructuras institucionales y ello

* Presidente de la Comisión Sectorial del MERCOSUR de la Universidad de la República en Uruguay. Coordinador del Programa de Política Internacional y Relaciones Internacionales de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República.

unido a la asimilación de los cambios del contexto humano y social provocó un retraimiento del pensamiento estratégico y creativo que había caracterizado a los países latinoamericanos en general, incluidos algunos países pequeños. Si bien de una u otra forma la diplomacia clásica de los países latinoamericanos se modificó en pocos años por la fuerza de los acontecimientos, un debate incipiente y no siempre explícito comenzó a esbozarse en los países pequeños sobre los cambios necesarios a realizar en la orientación de la política exterior y en su estructura administrativa, sobre la eficiencia en materia de resultados tangibles y mismo sobre la pertinencia de mantener un porcentaje del presupuesto en un Ministerio de Relaciones Exteriores.

Desde distintos grupos partidarios y orientaciones políticas se ha cuestionado la política exterior seguida y también la estructura institucional de los Ministerios que la conducen. Un pensamiento recurrente desde los años noventa sigue insistiendo en la necesidad de reducir el Estado y ello conlleva también las instancias vinculadas a las relaciones externas. Llevada a sus extremos, esta perspectiva aceleraría los tiempos del cierre de representaciones en el exterior, transformando algunas de ellas en agencias del país comerciales y culturales. Desde otra perspectiva se enfatiza en una necesaria redistribución del presupuesto nacional de acuerdo a las necesidades sociales, lo cual derivaría en una reducción de las representaciones en el exterior y del personal asignado a ellas. Además de estas interpretaciones de fondo que parten de puntos distantes pero que terminan en la misma recomendación de política, otras que visualizan la necesidad de otorgar prioridad al acomodamiento institucional y normativo de algunas instituciones internacionales (OMC en particular) o a la nueva realidad de emigrantes para otorgar prioridad a los asuntos externos, obvian lo que resulta esencial para tomar como punto de partida sobre la pertinencia y los contenidos de la política exterior de un país pequeño en tiempos de globalización.

2. Criterios ordenadores y posibilidades de la política exterior

Los cambios del sistema internacional ocasionan necesariamente modificaciones en los actores del mismo y en particular en los Estados. El punto en debate no está en estas consideraciones, sino en cómo adaptarse y cuáles son los criterios ordenadores de una política exterior de un socio pequeño a inicios del siglo XXI. En definitiva, las perspectivas políticas que insisten en la necesidad de un cambio en la política exterior que necesariamente afectaría los Ministerios de Relaciones Exteriores, parten de un supuesto básico sólido – el cambio en el sistema internacional- pero la respuesta la construyen sobre bases tradicionales y por ello el mapa final no se aviene con la urgencia de las necesidades estratégicas. Una mirada que se atenga a las posibilidades de los países pequeños frente a la agenda global por una parte y los asuntos que se ubican en la agenda internacional por la otra, deja solamente lugar a una respuesta de adaptación sin ubicar el foco en el papel que se puede jugar y la política exterior necesaria para ello. Una perspectiva diferente es partir de la importancia que está teniendo la agenda global y los temas que componen la misma que está modificando las prioridades de los países que todavía pasan en buena medida por los asuntos de la agenda internacional. Si bien los asuntos de la agenda global integran muchas veces los temas de la agenda internacional, no siempre se corresponden y por ello se plantean dificultades de comprensión de los cambios de los tiempos y de los ajustes necesarios en las políticas (un ejemplo de ello es el Protocolo de Kyoto). Otro punto fundamental a ubicar en el necesario debate sobre las posibilidades de la política exterior de los países pequeños se ubica en las propias respuestas otorgadas desde la región, ya sea a través de instancias de cooperación o bien a través de acuerdos que tienen entre sus objetivos la conformación de zonas de libre comercio o uniones aduaneras y mercado común. La regionalización de respuestas frente a algunos temas, un incremento de la cooperación regional, una convergencia en cuanto

a los temas específicos de la agenda sudamericana (y latinoamericana) y la regionalización en algunas políticas a implementar han modificado el escenario concreto operativo sobre el cual se organizaban los Ministerios de Relaciones Exteriores de los países pequeños de América Latina. En el momento actual, la organización de la política exterior de los pequeños países debería hacerse a partir de sus recursos de incidencia en la agenda global por una parte y de la posición en las instancias de cooperación e integración por la otra. En definitiva, dos de los criterios ordenadores de una política exterior a inicios del siglo XXI son las capacidades del país en la agenda global (ya sea entre otros en biodiversidad, en recursos naturales o en partícipe de un ecosistema regional) y su posición en recursos específicos en las instancias regionales.

3. Articulación de los ejes ordenadores

Una de las reflexiones que surge naturalmente está referida a que si los países pequeños manejan sus capacidades en la agenda global desde una perspectiva regional, terminan necesariamente

subsumidos en la orientación e impulso de los países grandes de la región. Ello en buena medida es así si se toma en una dirección la opción de política exterior y las posibilidades que surjan de la misma. Ello llevaría a nuevos interrogantes y a la pertinencia de una política exterior que tuviera como foco la región. El asunto en cambio se plantea en la articulación entre los distintos niveles y agendas (la global, la internacional y la regional) y buscar entre los mismos un punto de articulación adecuado. En otras palabras, la política exterior de un país pequeño a inicios del siglo XXI pasa por ubicar los temas de las distintas agendas –la global, la internacional y la regional- y negociar a partir de ellas en los distintos escenarios. Eso significa que el país pequeño todavía tiene – en la actual estructura del sistema internacional – capacidades como Estado de negociar con su voto en distintas instancias la posibilidad de que otro Estado mayor de la región pueda intervenir en otras instancias o ser miembro de alguna instancia internacional. Comprender esto es vital para la definición de una política exterior en un país pequeño y para comenzar a pensar la adaptación – necesaria – de su estructura de acuerdo a esos ejes ordenadores.



Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

Taiwan: Um Futuro Formoso para a Ilha? A dimensão de segurança.

Paulo Antônio Pereira Pinto*

As eleições de 20 de março de 2004 evidenciaram que existem, na ilha de Formosa, duas Taiwan, conforme analisei na coluna anterior. Questões posteriores, como o debate em torno da manutenção do “status quo” do processo de reintegração ao continente chinês reforçaram, no entanto, a pergunta se há um futuro formoso para os 23 milhões de cidadãos taiwaneses. Problemas de segurança e políticos levam a este tipo de interrogação.

Assim, no momento em que era reempossado Chen Shui-Bian, em 20 de maio de 2004, havia grave divergências entre a visão que Pequim, Taipé e Washington tinham sobre o significado da “preservação do quadro vigente”. Existia, então, enorme pressão para que o discurso de posse do líder reeleito refletisse a opinião prevalecente entre os dirigentes de cada uma daquelas cidades.

Para a RPC, sem dúvida, cabia a Chen reconhecer a existência de “uma China”. Para os eleitores de Chen, na ilha, a maior autoridade local não poderia renunciar ao discurso de que “Taiwan já é um país independente”, adotado na campanha que o reelegeu.

Condicionante desta equação política, contudo, era a avaliação a ser feita pelos EUA, que desempenham, como se sabe, papel decisivo na dimensão de segurança do problema taiwanês.

Neste artigo, portanto, serão analisados os aspectos de segurança, com a forte influência norte-americana, enquanto as questões políticas que, se espera, devem ser discutidas entre Pequim e Taipé, serão tratadas em artigo seguinte.

Cabe, inicalmente, recordar que o relacionamento não-oficial entre Taiwan e os Estados Unidos é regido pelo : “Taiwan Relations Act” (TRA), que completou 25 anos em abril passado; e os três “Comunicados Conjuntos”: o de Xangai (28.02.72); o que estabeleceu relações diplomáticas entre Washington e Pequim (01.01.79) e o sobre as vendas de armas para Taiwan (17.08.82).

Antes da transferência do reconhecimento diplomático para Pequim os Estados Unidos mantinham com a “República da China” um Tratado de Defesa Mútua contra eventual ataque da República Popular da China. O Congresso dos EUA, portanto, decidiu apresentar a legislação consolidada no “Taiwan Relations Act”, contendo artigos defensivos. A proposta da legislação é, portanto, a de deter e prevenir a anexação de Taiwan pela China por meios que não sejam pacíficos. Ficariam, assim, preservados os interesses estratégicos norte-americanos nesta região.

Chen Shui-Bian e seus seguidores, no entanto, procuram interpretar a moldura contratual proporcionada por aquele Ato legislativo como um verdadeiro cheque em branco para exercício permanente de redefinição de discursos e avanços conceituais, sempre no sentido da independência da ilha. Assim, para Taipé, o TRA serviria tanto ao objetivo de proteger a estabilidade e a segurança de Taiwan, quanto para facilitar o intercâmbio econômico, cultural e social entre a ilha e aquele país, articulando, nesse processo, a atuação dos poderes executivo e legislativo dos EUA na condução dos assuntos taiwaneses.

* Diplomata de carreira e já serviu por mais de dezesseis anos na região da Ásia-Pacífico, sucessivamente, em Pequim, Kuala Lumpur, Cingapura e Manila, em missões permanentes, e Xangai e Jacarta, provisoriamente. Em setembro de 1994 foi o coordenador da primeira missão acadêmica brasileira que visitou Cingapura, Pequim e Hong Kong. Atualmente é o Diretor do Escritório Comercial do Brasil em Taipé, Taiwan. As opiniões expressas neste artigo não expressam os pontos de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

De acordo com o ponto-de-vista taiwanês, o TRA incluiria cinco aspectos principais. O primeiro diria respeito ao fato de que, no Ato em questão, Taiwan seria tratada, praticamente, como um Estado. Nesse sentido, é oficialmente chamada de “Taiwan”, ao invés de “República da China”. Em segundo lugar, o Ato vincularia a segurança da ilha fortemente ao mecanismos de defesa dos EUA na Ásia-Pacífico. Um vez que Taiwan corresse perigo, caberia a Washington prestar atenção. Todas as questões referentes ao futuro taiwanês deveriam ser resolvidas pacificamente. O terceiro aspecto referir-se-ia ao fato de que, para ajudar na manutenção da paz, segurança e estabilidade na região, os EUA oferecerão vendas de armas na quantidade necessária para equipar a ilha com capacidade de auto-defesa adequada. Em quarto, para promover a democracia e proteger direitos humanos dos taiwaneses, os EUA ajudariam a manter e expandir o espaço diplomático da ilha em organizações internacionais. Finalmente, em quinto, o TRA e os Três Comunicados estabeleceriam as bases para a política de Washington de “uma China”. Nesse sentido, os taiwaneses procuram fazer ver que, de acordo com o sistema constitucional norte-americano, o “Ato” teria precedência sobre os três outros documentos. Isto porque, enquanto o TRA foi tramitado no Congresso norte-americano e entrou em vigor como legislação “interna” norte-americana, os três comunicados são apenas “acordos administrativos” entre os Presidentes da China e dos EUA.

Verifica-se, a propósito, que a RPC não cessa de reiterar a promessa de utilização da força, caso Taiwan declare independência. Segundo a percepção dos dirigentes chineses, Chen Shui-Bian teria o real propósito de provocar tal separação e, portanto, a ameaça do emprego de meios militares seria o último obstáculo a ser oposto a seus propósitos.

Em contrapartida, os constantes acenos bélicos de Pequim levam a ilha a buscar o fortalecimento permanente de suas defesas. Segundo especialistas, caso Pequim optasse pelo emprego da força contra iniciativa independentista de Taipé, entre os principais cenários poder-se-ia mencionar os seguintes: A) a

invasão militar em larga escala, com a consequente enorme baixa de seus soldados; B) ataques com mísseis, bombardeios aéreos e navais, sem invasão; C) o bloqueio naval completo ou parcial, com o apoio de mísseis; D) a ocupação temporária ou permanente de algumas pequenas ilhas, ora administradas por Taiwan, como Jinmen, Mazu, Tatan, Erhatan, Wuchiu e Tungyin, que seriam presas mais fáceis a ataques anfíbios e aéreos; e E) guerra psicológica que incluísse ameaças de ataques contra alvos estratégicos, avisos para que terceiros países se mantenham afastados do espaço aéreo e marítimo taiwanês, indicação de iminentes bloqueios contra portos da ilha.

Cabe lembrar, a propósito, que são grandes as vulnerabilidades formosinas. Nos setores econômico e social, por exemplo, é grande a dependência local de variáveis externas. Sua economia apresenta enorme grau de abertura ao exterior, contando, para tanto, em 99.5%, com o transporte marítimo. Sem o apoio da Marinha dos EUA à defesa das rotas marítimas da ilha, os navios chineses poderiam, facilmente, realizar bloqueio naval dos principais portos. O fato de que Taiwan conta com poucas cidades de expressão tornaria esta tarefa ainda mais fácil. Ademais, a volatilidade dos capitais indicaria que haveria forte evasão de recursos financeiros, logo que houvesse suspeita de início de hostilidades. Da mesma forma, antecipa-se, haveria forte emigração, com consequente ruptura na sociedade.

Sabe-se, também, que Taiwan teria renunciado a programa nuclear, na década de 1980, sob pressão dos Estados Unidos, tendo, em princípio, desistido de projeto de criação de armamento atômico próprio. Sempre por iniciativa de Washington, a ilha teria abdicado do desenvolvimento de mísseis de médio alcance, denominado “Projeto Pegasus”. Preservou, no entanto, a produção de mísseis terra-ar, anti-navios e para aviões militares.

Na perspectiva da enorme dependência taiwanesa de apoio militar dos EUA, recorda-se que, em maio de 2000, Chen, em seu primeiro discurso de posse, tranquilizara os aliados norte-americanos, ao declarar que não tomaria iniciativas em direção à

independência formosina. O líder, contudo, tem ensaiado gradativo afastamento daquela posição, chegando, em 2002, a defender a idéia de que existiria “um país, em cada margem do estreito”. Com frequência, ademais, tem recolocado a hipótese de realização de plebiscitos, para definir rumo separatista da ilha.

Em 20 de maio de 2004, no segundo discurso de posse, Chen Shui-Bian incluiu referências tranquilizadoras para Washington, na medida em que afirmou não pretender incluir, entre as reformas constitucionais que pretende efetuar, alterações nos quesitos de soberania, território, unificação e independência, de acordo com os sabidos limites impostos por Pequim.

Verifica-se, assim, que a possibilidade de um futuro formoso para os 23 milhões de taiwaneses dependeria, na dimensão de segurança, por um lado, do entendimento da China de que haveria renúncia de Taiwan à independência, submetendo-se à soberania de Pequim, sem que a RPC necessitasse de utilizar a força. Para os formosinos, em contrapartida, a melhor tendência seria a renúncia chinesa à utilização da força, de forma a permitir que Taiwan negocie a reunificação em termos mutuamente convenientes.

A questão reflete-se, também, na dimensão a política. Sobre as dificuldades de negociações, no quadro de “uma China”, entre Pequim e Taipé, será tratado na próxima Coluna Através do Estreito.



O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o *IBRI* desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, João Paulo Peixoto, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Interessa ao Brasil uma taxa sobre os movimentos de capitais?

Paulo Roberto de Almeida*

A proposta de introdução de uma taxa específica sobre os movimentos internacionais de capital de curto prazo (também comumente chamada de Tobin Tax) vem sendo debatida com alguma intensidade (e pouca clareza) no período recente, desta vez a propósito da possível constituição de um fundo mundial para combater a fome a pobreza. O assunto não é novo e o presidente Fernando Henrique Cardoso – a meu ver equivocadamente – tinha se referido favoravelmente à sua introdução em diversos momentos das turbulências financeiras do final dos anos 90 e do início da presente década.

Naquela ocasião, os propósitos presumidos dessa nova taxa – intensamente promovida como solução mágica aos problemas da globalização financeira pelos chamados altermundialistas da ATTAC francesa, cuja sigla bizarra significa “Associação pela Tobin Tax e em Apoio aos Cidadãos” – eram os de diminuir a instabilidade dos mercados financeiros e amealhar recursos adicionais para fins de desenvolvimento dos países mais pobres. Desse ponto de vista, ela aparecia como inatacável, já que poucos ousariam contestar tão nobres ideais.

Os economistas mais sensatos, a começar pelo próprio James Tobin (quando ainda era vivo), emitiam sinceras dúvidas sobre sua praticabilidade, nas condições concretas da globalização financeira. O prêmio Nobel de economia acusava diretamente os promotores da ATTAC de terem deliberadamente deformado o sentido de sua proposta original, que visava tão somente combater aplicações cambiais especulativas no imediato seguimento do fim do regime de taxas fixas de Bretton Woods, entre 1971 e 1973. Muitos outros economistas questionavam, e

continuam a questionar, a operacionalização de uma taxa desse tipo, com base em argumentos de ordem prática: a intensidade, a diversidade e o ritmo veloz dos muitos fluxos de capitais que vão de um lado a outro do planeta, para fins tão diferentes como aplicações em bolsa, investimentos diretos, pagamento de fatores e transferências unilaterais (como podem ser os dons e as remessas de imigrantes).

Representantes da ATTAC chegam a reconhecer essa dificuldade, mas ainda argumentam quanto ao caráter útil de uma taxa desse tipo, que poderia complementar os fluxos de ajuda ao desenvolvimento para países mais pobres. Independentemente, porém, de seus objetivos meritórios e sem procurar, agora, resolver definitivamente o problema de sua operacionalização, uma outra questão mais importante se coloca do ponto de vista do Brasil: o interesse do próprio Brasil em ver introduzida uma taxa desse tipo, tendo em vista seu perfil de “dependente financeiro”, suas necessidades de financiamento externo e a administração ulterior dos recursos amealhados com tal contribuição.

Com efeito, antes de procurar saber se a Tobin Tax pode ser colocada em prática e se os objetivos esperados pelos promotores dessa idéia serão ou não atingidos pela metodologia proposta, seria preciso determinar, a partir de uma visão nacional – que me cabe, antes de mais nada, como cidadão brasileiro –, se a medida invocada atende ou não aos interesses do Brasil. Meu argumento é pela negativa, mas vamos examinar os vários aspectos do problema para tentar chegar a algumas conclusões.

O primeiro problema é o da instabilidade dos mercados financeiros, algo que parece assustar os

* Diplomata de carreira e Doutor em Ciências Sociais. As opiniões expressas no presente texto são exclusivamente as de seu autor.

países que eventualmente necessitem de fluxos contínuos de capitais “voláteis”. Os mercados, por definição, sempre são instáveis, e os capitais puramente financeiros sempre são voláteis, ainda que, obviamente, flutuações e movimentos erráticos ocorrem com maior intensidade nos momentos de crise. As crises são, entretanto, inerentes aos mercados livres, e apenas uma boa gestão dos chamados “fundamentais” pode neutralizar ou diminuir os efeitos mais nefastos para as economias neles integradas.

O que representa a introdução de uma taxa sobre determinados movimentos de capital? A diminuição da turbulência – que me parece “estrutural” – ou tão simplesmente a imposição de custo adicional sobre esses fluxos? Esta segunda hipótese é a mais provável e o mercado continuará tão turbulento quanto antes, apenas que funcionado, com essa taxa, em um patamar ligeiramente superior de “custos de transação”.

A Tobin Tax não pode obviamente resolver esse problema estrutural, ainda que se argumente que ela apenas visa colocar “areia na engrenagem” da especulação cambial (seu objetivo original quando James Tobin a sugeriu, no momento da derrocada do sistema de Bretton Woods, de extrema volatilidade das taxas cambiais). A dificuldade óbvia é a de distinguir as transações puramente “especulativas” das transferências legítimas para pagamentos de fatores ou para compra de ativos de maturação mais longa. Na impossibilidade de fazê-lo (uma vez que a integração financeira internacional significa a simplificação dos procedimentos aplicados aos fluxos transfronteiriços), a solução prática é a taxação de todas as transações, na suposição de que os capitais movimentados toda a semana terão um retorno sensivelmente menor do que as aplicações de maior prazo e os investimentos diretos.

Ou seja, essa CPMF universal acaba tendo de ser aplicada a todos os fluxos para tentar diminuir a volatilidade inerente a apenas uma parte deles. Para o Brasil, portanto, enquanto receptor líquido de capitais de todos os tipos, as perspectivas são a de ter de pagar um pouco mais pela importação do mesmo volume de capital. Não me parece muito brilhante como

solução a um problema que me parece basicamente de ordem interna: com efeito, a volatilidade é de origem propriamente interna, e não externa, sendo muito mais devida ao caráter errático das políticas econômicas nacionais, do que ao ânimo volátil do capital financeiro.

A praticabilidade e eficiência da CPMF brasileira é, como sabemos, total: ela é inescapável, insonegável, fácil e rápida. Dispondo do controle legal sobre o sistema bancário, o Estado brasileiro vai buscá-la diretamente no bolso do cidadão, quando este faz uma simples transação bancária. Ora, no sistema semi-anárquico de soberanias estatais que caracteriza o mundo, o controle territorial absoluto se afigura impossível, daí porque os economistas apontem a impraticabilidade da Tobin Tax. O dinheiro, aliás, nem precisa sair fisicamente da praça financeira que lhe dá origem para dirigir-se a outra. Basta que a transação seja registrada e operada a partir de um centro *off-shore*, e que os dois agentes nele tenham conta, para que o “longo braço” dessa CPMF universal se revele simplesmente inoperante e ineficaz. Como não existe uma entidade bancária internacional “de última instância”, é de se supor que o problema da jurisdição apresente um obstáculo praticamente incontornável a uma Tobin Tax eficiente e operante. Pretender taxar apenas as dez principais praças financeiras internacionais, como alguns sugeriram, é não apenas inócuo como inaceitável do ponto de vista dos dirigentes desses países.

Vejamos, porém, seu outro objetivo presumido, do qual ela retira sua legitimidade: levar o dinheiro dos mais ricos (supostos “especuladores”) em benefício dos mais pobres (que podem ser também as vítimas dos “capitais voláteis”). Supondo-se que ela seja implementada, como canalizar essa nova cornucópia financeira para os efetivamente necessitados?

Na ausência de um “taxador de última instância”, a Tobin Tax teria de depender da ação das autoridades nacionais para o seu recolhimento e redistribuição. Um nova burocracia mundial eficiente e justa teria de ser estruturada para recolher as “contribuições nacionais” da Tobin Tax e repassá-las a projetos de

desenvolvimento nos países mais pobres. Considerando-se que o Brasil é um país de renda média, e portanto não beneficiário da Tobin Tax por definição, o cenário previsível é o a criação eventual de uma “CPMF externa” inteiramente voltada para a remessa de capital para a nova burocracia internacional. Belo gesto de solidariedade tipo exportação: ele não cria novos recursos, apenas redistribui os fluxos correntes com alguma perda pelo caminho, em detrimento daqueles que podem legitimamente necessitar de aportes de capitais.

Pergunta-se agora: o que a “nova” Tobin Tax faria que os capitais de empréstimos e as dotações concessionais existentes já não estão fazendo? Com efeito, os mecanismos que existem e operam, seja no plano bilateral tradicional (ajuda oficial ao desenvolvimento) e no quadro multilateral (BIRD, BID etc.) por acaso já não estariam servindo para a alocação de recursos concessionais? Todos os programas, fundos, dotações e mecanismos existentes atualmente no âmbito da ONU e de suas agências especializadas, bem como as remessas voluntárias operadas por ONGs generosas dos países avançados – entre as quais se destaca a OXFAM – por acaso já não fazem algo similar, tirando dos “ricos” para dar aos “pobres”? As respostas às perguntas acima me parecem óbvias, o que mais uma vez me leva a concluir pela solução de menor custo e de maior eficiência relativa: como essas entidades continuariam operando das mesmas formas e com os mesmos objetivos que sempre tiveram, concluo que seria infinitamente mais fácil, prático e eficiente atuar no aumento das “economias de escala” dos sistemas e mecanismos existentes de financiamento ao desenvolvimento.

Pode-se, obviamente, atuar para reforçar ainda mais o papel das ONGs humanitárias, que justamente buscam eliminar a burocracia, as comissões e a eventual corrupção dos empréstimos e concessões efetuados por meio das entidades financeiras internacionais e dos correspondentes órgãos nacionais nos países mais pobres. Mas, sinceramente, não vejo nenhum sentido prático em pretender criar uma nova burocracia para simplesmente fazer “more of the same”: recolher dinheiro de um lado, para aplicá-lo

depois em projetos de infra-estrutura, em investimentos em saúde, educação, saneamento etc. Por isso, me parece algo inócuo deixar de lado o BIRD, o BID – que ambos mantêm fundos concessionais – e as entidades públicas e privadas devotadas aos países mais pobres – como a AID, o Programa Mundial de Alimentos e tantos outros fundos já existentes –, para criar mecanismos para socorrer os mais desvalidos.

Talvez pouca gente saiba, mas o Brasil já vem colaborando com esse esforço de “promoção social” dos países mais pobres, tanto diretamente – mediante seu papel de contribuinte líquido para a Associação Internacional de Desenvolvimento, do BIRD – como indiretamente, ao abater amortizações de devedores mais pobres em foros como o Clube de Paris. Os custos são “socializados” internamente, via orçamento geral ou via Tesouro. O Brasil pode e deve fazer mais nessa vertente, sobretudo se aspira alcançar uma posição de relevo no sistema da política mundial, mas sempre haverá algum deputado de uma região desfavorecida no próprio Brasil que questionará a racionalidade de se ajudar países pobres quanto o país já ostenta várias “Áfricas” e alguns “Haitis” internamente a suas próprias fronteiras. Caso se decida por uma Tobin Tax, qual seria, ademais, a vantagem de se criar mais uma fonte de provisionamento externo em capital *brasileiro* (sim, porque o capital *internacional* repassará o custo da nova taxa ao tomador, que somos nós), que não repercutirá minimamente para o Brasil, uma vez que o esforço não refletirá diretamente nos mecanismos nacionais de política financeira externa? Não poderíamos sequer contabilizar essa nova “ajuda” em nossos programas de ajuda externa. Sinceramente, não vejo nenhuma vantagem em uma taxa “universal” desse tipo.

Resumindo, portanto: *primo*, a Tobin Tax não diminui a volatilidade dos capitais: apenas agrega um custo extra a uma transação necessária, especialmente, para o Brasil. *Secundo*, ela nunca conseguiria dispor de uma base universal de aplicação e teria de depender de autoridades nacionais para sua (in)eficiência relativa. *Tertio*, ela não acrescentaria nada de mais, em termos de recursos e esquemas redistributivos, do que já pode

ser feito através dos mecanismos e instituições multilaterais existentes, que poderiam ser induzidas a captar (ou disporem de) mais recursos financeiros dos doadores tradicionais.

Admito, no entanto, que ela presumivelmente conseguiria aumentar a arrecadação sobre determinados fluxos de capitais para fins de redistribuição burocrática, o que é próprio de toda punção fiscal adicional. Ainda assim, pode-se “especular” – o verbo se justifica inteiramente – com o provável desvio de transações financeiras para os paraísos fiscais. A menos que se elimine o sacrossanto princípio vestfaliano da soberania absoluta dos Estados independentes, não seria possível mandar uma tropa de fuzileiros navais para eliminar, do dia para a noite, esse tipo de comportamento oportunista de algumas ilhas que vivem de vender facilidades contábeis para os conhecidos sonegadores de receitas.

Mas, mesmo que uma Tobin Tax fosse possível e de fato introduzida nas relações financeiras

internacionais: pergunto em que isto mudaria dramaticamente o panorama do desenvolvimento mundial? Os países mais pobres deixariam por milagre de ser mais pobres, apenas porque passariam a receber um volume adicional de recursos, com todos os efeitos já conhecidos de meio século de remessas caritativas? Pergunto, ademais: já se assistiu, historicamente, a um legítimo processo de desenvolvimento sócio-econômico com base unicamente em recursos externos de tipo concessional?

Do ponto de vista do Brasil, nada se resolve com a eventual introdução de uma Tobin Tax: os capitais ficariam mais caros, não deixariam por isso de ser voláteis (essa característica é determinada internamente, não externamente) e os benefícios seriam todos carregados para fora do país. Para o interesse nacional, o retorno político de uma Tobin Tax não é sequer marginal, ele é próximo de zero.

Brasília, 1.06.04



Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet* – Rede Brasileira de Relações Internacionais (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o *IBRI* foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em formato PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em <http://www.adobe.com.br/>.

© 2000-2004 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

O contencioso Israelo-Palestino, a Corte de Haia e a Construção do Muro: Uma vitória moral suplanta uma política de humilhação

Hussein Ali Kalout*

O que para o governo de Israel é uma barreira para frear os atentados terroristas, para os palestinos é o “muro da vergonha”. Trata-se de obstáculo que combina humilhação diária, crise humanitária e privações de liberdade de movimento com violações de leis internacionais, de direitos humanos e da soberania do povo palestino. A barreira de concreto, cuja altura alcança os dez metros, tem custo estimado em aproximadamente U\$ 2 bilhões. Até 2005, o muro se estenderá ao longo de 728 quilômetros, cercado a Cisjordânia e parte de Jerusalém Oriental.

Desde o início da construção, ordenada há cerca de dois anos pelo primeiro-ministro Ariel Sharon, o governo israelense demoliu cerca de duas mil casas e deixou sem terra para cultivo e sem água a população que vive nas proximidades da barreira. Outra importante faceta é como o muro modificou a vida dos palestinos, que se sentem como se estivessem vivendo em guetos, necessitando de salvo-condutos especiais para irem a escolas, postos de saúde e ao trabalho.

Para a Autoridade Nacional Palestina, a construção do muro é uma desculpa que escamoteia outro propósito: a anexação de mais terras e a construção de novos assentamentos. O muro vai do norte ao sul da Cisjordânia e viola a chamada “linha verde”, fronteira estabelecida em 1948. Apenas 11% da extensão total do muro respeitará a fronteira histórica, o resto ocupará uma média de 20 quilômetros dentro do território palestino.

O perímetro da cidade de Qalqilya, acometida pela pior parte do muro, possui 32 quilômetros e está totalmente cercado. A cidade palestina fica ao norte da Cisjordânia a 35 quilômetros da cidade israelense de Tel-Aviv. Do alto da estrada a cidade parece um presídio gigante. A cada 300 metros notam-se torres de observação enormes equipadas com metralhadoras

e moderno sistema de câmeras de televisão, que eliminam qualquer possibilidade de escape. A única entrada da cidade é controlada pelo exército israelense. Os 50 mil habitantes que precisam sair de suas casas para trabalhar nas cidades vizinhas são submetidos a humilhações diárias.

Com o intuito de avaliar as controvérsias em torno da construção do muro, a Assembléia Geral da ONU aprovou por 90 votos a favor, 74 abstenções e 8 votos contrários (Estados Unidos, Israel, Austrália, Etiópia, Nauru, Ilhas Marshall, Micronésia e Palau), em 8 de dezembro de 2003, uma resolução apresentada pelos palestinos que solicita à Corte Internacional de Justiça um parecer sobre a legalidade da barreira erguida por Israel, com base nas regras e nos princípios do direito internacional e à luz da Quarta Convenção de Genebra, de 1949.

O resultado do parecer da Corte Internacional de Justiça sobre as conseqüências legais da construção do muro da Cisjordânia, divulgado no último dia 9 de julho, determinou muito apropriadamente a suspensão imediata da construção e a derrubada do muro nos trechos já erguidos, fato esse que representa para os palestinos uma vitória moral. A decisão do tribunal possui caráter meramente consultivo e não vinculante, uma vez que não implica sanção imediata, sendo apenas uma recomendação para os membros da Assembléia Geral da ONU, incluindo Israel.

A aprovação do parecer da Corte de Haia sobre a ilegalidade da construção do muro por 14 votos contra 1 – o do juiz americano Thomas Buergenthal, terá, sem dúvida, reflexos diretos na resolução do contencioso israelo-palestino. A decisão da CIJ será novamente objeto de apreciação e debate político no âmbito da Assembléia Geral, e, em caso de vitória palestina, a discussão seguirá para o Conselho de Segurança.

* Professor de Relações Internacionais do Instituto de Educação Superior de Brasília (IESB) e especialista em Oriente Médio.

No Conselho de Segurança ocorrerá o debate mais duro acerca da questão. Um veto americano contra o endossamento do parecer da Corte de Haia colocaria o “Mapa do Caminho” e a atuação do “Quarteto” em encruzilhada, e representaria retrocesso no processo de negociação. Ademais, a desqualificação do parecer da Corte por parte do governo Bush e a isenção da União Européia conduziram ao recrudescimento e ao enfraquecimento do diálogo entre palestinos e israelenses, o que daria ao governo Sharon legitimidade para prosseguir com a construção do muro.

A eleição presidencial nos Estados Unidos, prevista para novembro próximo, será decisiva para o futuro do processo de paz, pelo menos no médio prazo. O atual governo já admitiu a inviabilidade da criação de um Estado Palestino independente e soberano em 2005. O reconhecimento por parte do governo americano da impossibilidade de traçar e cumprir objetivos para alcançar a paz leva a crer na necessidade de agregar participantes mais ativos e comprometidos com um processo de paz justo. Ao admitir o fracasso, o governo norte-americano fortalece os setores radicais e eleva o nível de tensão. A política de agressão e de retaliação voltará a ser uma constante diária.

Cumprir ainda dizer que Bush e sua equipe vetarão qualquer resolução no Conselho de Segurança das Nações Unidas condenando a construção do muro e a política ocupacionista do governo Sharon. Tendo em vista a obtenção de apoio financeiro e eleitoral da comunidade judaica, as políticas de distanciamento do processo de paz e de apoio total à Israel tornam-se cruciais para a reeleição de Bush.

A vitória do candidato democrata, John Kerry, poderá modificar o quadro de negociação. No entanto, as modificações não serão bruscas, tampouco romperão os democratas a sua aliança com o Estado de Israel. Kerry poderá impulsionar uma negociação hoje estagnada a partir da reformulação da política exterior norte-americana para o Oriente Médio. Em declarações de campanha e em artigo publicado na revista Foreign Policy, Kerry salientou:

“We must change the way we interact with the world.”
“We need Partners.” “We must give countries in Middle

East a reason to want peace.” “Americans’ security depends on helping the people of the Middle East see and act on a legitimate vision of peace.” “But it will only be viable if U.S. engagement in this process is active, constant, and at the highest levels.” “The United States must support their efforts – keep them focused on the end game of two states; Israel and Palestine, living side by side in peace and security – and help them take the necessary steps to build enough confidence and trust in each other to get there.”

Convicto de suas ações e respaldado pelo governo Bush, Ariel Sharon apostou firmemente no esfacelamento do território palestino e na destruição de sua estrutura como a melhor forma de eliminar o terrorismo. A política adotada por seu governo de isolar os palestinos em presídios demonstrou ser ineficiente e contraproducente, na medida em que a violência perdura nos territórios ocupados. A interrupção da construção do muro só ocorrerá por meio de pressões diretas de Washington. Retomar o diálogo, diminuir os atritos e elevar o nível da relação concorrerem para nova guinada em direção à paz.

O simbolismo moral da decisão da Corte de Haia suplanta as alegações do governo do Likud e reabre o debate sobre a condução do processo de paz. Obstáculos à liberdade de movimento, limitações ao acesso ao trabalho, saúde e educação e a um nível de vida adequado – conforme previsto nas convenções internacionais –, não é a melhor política contra o extremismo palestino.

Infenso à retórica e à verbosidade, Edward Said, afirma que a paz não é um acordo assinado entre indivíduos, é uma reconciliação entre povos. Os dois povos não podem se reconciliar se há demanda de controle sobre o próximo, se há recusa em tratar o semelhante como parceiro na paz e se a lógica do poder predomina sobre o poder da lógica.

Para a consecução de uma paz justa e duradoura na região, é necessária, no dizer de Uri Avnery, uma política de integração e não de segregação. O verdadeiro paradigma do processo de paz é a transformação do papel das fronteiras israelo-palestinas em uma forma de convívio pacífico. Um vetor de integração entre as duas sociedades.

Vaticano: as eleições norte-americanas

Virgílio Arraes*

Desde o fim da II Guerra Mundial, o sistema político norte-americano, já reduzido a apenas dois partidos, aponta a sua política exterior para a consecução de dois grandes objetivos: contenção de regimes socialistas e variantes – meta praticamente alcançada com o fim da União Soviética e países-satélites e com a absorção progressiva pela China do *modus operandi* capitalista – e total garantia de operação do capitalismo em áreas tradicionalmente aliadas ao Ocidente como é o caso da América Latina ou do Oriente Médio.

Assim, em decorrência de ter-se tornado o baluarte anticomunista, os Estados Unidos (EUA), a despeito de sua elite ser majoritariamente protestante, logo granjeariam o apoio da Santa Sé, que, por seu turno, se encarregaria de conter movimentos políticos progressistas como, por exemplo, a teologia da libertação na América Latina, durante a época das ditaduras militares.

Findo o socialismo real, a aliança tácita entre ambos os Estados arrefeceria no campo internacional, visto que a pregação neoliberal dos Estados Unidos não lograria êxito em solucionar questões importantes como desigualdade social ou degradação do meio ambiente – frutos da valorização excessiva da sociedade de consumo em massa.

Na nova ordem mundial, para lamentação do Vaticano, não haveria a diminuição do número de conflitos bélicos no 3º Mundo e muito menos das verbas dedicadas à pesquisa e produção armamentista – consoante Chalmers Johnson, apenas os norte-americanos dedicam aos seus gastos militares cerca de ¾ de trilhão de dólares anualmente. Ante tal quadro desolador, a Santa Sé notabiliza-se por valorizar o direito e as organizações internacionais, dado que ambos poderiam refrear mais a sanha das principais potências, especialmente a dos Estados Unidos.

No caso do presente conflito no Golfo, a diplomacia papal articulou-se a favor do veto do Conselho de Segurança, em face da ausência do esgotamento do encaminhamento diplomático. Atribui-se parcialmente à sua influência o voto contra a autorização do conflito por parte do México, Chile, Camarões e Guiné.

Mesmo diante do malogro da política externa americana em dois grandes conflitos atuais – Afeganistão e Iraque –, a opinião pública do país continua dividida, de forma que o próximo presidente deverá vencer o pleito por pouca diferença. Assim, tanto republicanos como democratas esforçam-se por obter votos de um dos segmentos mais importantes do ponto de vista quantitativo: o eleitorado católico.

Já no final dos anos 50, os congressistas católicos obtiveram, pela primeira vez, a maioria parlamentar – em torno de 20%. Na legislatura seguinte, por mínima margem de votos, elegeu-se o primeiro presidente católico, o democrata John Fitzgerald Kennedy, então senador por Massachusetts, que representava a terceira geração na política de uma rica família de origem irlandesa.

Quatro décadas depois, os democratas possuem um candidato com perfil semelhante a JFK: John Forbes Kerry, que poderá tornar-se o segundo presidente católico da história do país, o que acompanharia a mudança do perfil norte-americano que é cada vez mais latino e menos protestante. Esta alteração demográfica já se reflete em manifestações de parte da elite anglo-saxã como, por exemplo, a polêmica afirmação de Samuel Huntington, que relaciona o declínio dos valores tradicionais americanos ao aumento da presença de imigrantes da América Latina.

Do lado republicano, a ação com vistas a atrair mais o eleitorado católico iniciou-se no início de junho,

* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL-UnB).

quando o Presidente Bush, em viagem à Europa para a celebração dos 60 anos do desembarque na Normandia e liberação de Roma do jugo fascista, programou-se para encontrar pela terceira vez em seu mandato – e primeira após a II Guerra do Golfo – o Papa João Paulo II.

Normalmente, o protocolo da Santa Sé evita visitas de dirigentes em período eleitoral de seus países, mas no caso uma exceção seria aberta. No entanto, enfatize-se que é praxe da diplomacia norte-americana agendar ida ao papado, toda vez que o seu presidente viaja à Itália.

Basta recordar, por exemplo, a Reunião de Cúpula do G-8 em Gênova em julho de 2001, em que Bush aproveitaria a ocasião para ir também a Castelgandolfo reunir-se com João Paulo. No ano seguinte, em maio, haveria outro encontro. Na última visita, os dirigentes celebrariam as efemérides do vigésimo aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre ambas as nações.

Ademais, durante a audiência, dois temas destacar-se-iam:

Na política internacional, houve a reiteração da posição contrária do papado à ocupação do Iraque. Apesar de referir-se positivamente à formação de um governo interino, o Sumo Pontífice recomendaria a participação mais ativa da Organização das Nações Unidas (ONU) na restauração plena da soberania iraquiana, após a deposição do ditador Saddam Hussein;

No tocante a questões internas, o Papa faria menção elogiosa aos esforços do governo Bush de promover valores morais, em especial os relacionados à valorização da vida, família e casamento. Assim, o Vaticano corrobora as posições – vistas como polêmicas por parte do eleitorado – assumidas pela Conferência Nacional dos Bispos dos Estados Unidos que se relacionam à proibição do sacramento da comunhão a ativistas e políticos que defendam publicamente o direito ao aborto e união civil de pessoas do mesmo sexo.

Segundo o Cardeal Ratzinger, Prefeito da Congregação para Doutrina da Fé, os sacerdotes devem basear-se no Código de Direito Canônico, em seu cânone 915, que estipula não ser permitida a admissão à comunhão dos excomungados e interditos, após a declaração de alguma pena, ou de outros que obstinadamente perseverem em pecado grave. Todavia, segundo a Conferência, a decisão de negar o sacramento partiria do alvitre de cada bispo em sua respectiva diocese.

Ainda em junho, Bush lançaria a Iniciativa do Casamento Saudável, que é um programa destinado a valorizar o casamento perante a sociedade, ao propor a idéia de que uniões sadias reduziriam problemas sociais, como o vício em drogas. A sua implementação é feita de forma descentralizada, tanto pelos próprios estados, bem como por organizações religiosas e civis. Ela representa o espírito da reforma da legislação do bem-estar social que está parada no Senado.

Para reforçar seu vínculo político com João Paulo, Bush agraciá-lo-ia com a Medalha da Liberdade – a mais alta condecoração presidencial concedida a civis – com ênfase em sua galhardia, dentre outras razões, por ter contribuído para o fim do comunismo e da tirania, ao valorizar o poder da liberdade em mudar sociedades e, por conseguinte, o mundo.

Em suma, o balanço da viagem, apesar do suave tom de desaprovação papal em relação ao Oriente Médio, é favorável a Bush, em face de sua política de costumes ser extremamente conservadora. Além do mais, a sua manifesta simpatia a João Paulo ameniza a imagem negativa promovida por setores protestantes fundamentalistas e, ao mesmo tempo, reforça o ideário ecumênico da Santa Sé. Segundo um dos biógrafos de João Paulo, Luigi Accattoli, em artigo de junho ao *Corriere della Sera*, o candidato da preferência papal seria o metodista George Bush em detrimento do católico John Kerry.



Mercosul, para além de uma agenda externa

Janina Onuki*

Falar em Mercosul parece ultrapassado, diante de tantos processos de negociação em curso – de caráter multilateral, bilateral – ainda mais complexos. Também porque a pior crise do bloco já passou, e porque no último ano as negociações da Alca ocuparam mais espaço no debate público.

Essa sensação reflete o comportamento dos governos: ou porque se desinteressaram pela integração regional – substituindo o tema por outras prioridades na agenda de política externa –, ou porque consideram que o processo já evoluiu o suficiente para os objetivos a que serve – basicamente abrir novas frentes de negociação com outros blocos e países.

Se revisarmos os discursos pré-eleitorais do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Brasil, e de Néstor Kirchner, da Argentina, no que se refere à política externa, vamos perceber uma coincidência que parecia ser defesa de uma parceria quase que exclusiva e de garantia de aprofundamento da integração do Mercosul. No caso do primeiro, o discurso era pautado mais por convicção político-partidária e para manter a oposição aos Estados Unidos. No caso da Argentina, o discurso derivava da falta de um projeto de política externa e da necessidade de se opor ao seu maior adversário, Carlos Menem.

Passado mais de um ano de governo, o avanço que se esperava no Mercosul é incompatível com as expectativas colocadas pelos discursos políticos, e revela-se – mais uma vez – parte de uma retórica diplomática (por vezes, eficaz), mas que parece ignorar as reais dificuldades do processo de integração. Até certo ponto este descompasso é compreensível, pois a agenda de governo é, necessariamente, diferente das propostas eleitorais, quando o objetivo principal é ganhar o eleitor, sem necessariamente garantir o seu cumprimento.

Os poucos avanços que se viram no Mercosul no último ano devem-se à iniciativa da diplomacia brasileira, disposta a consolidar a sua liderança regional

(para ampliá-la internacionalmente). A postura da Argentina coincide mais com um *free rider* do que propriamente um parceiro ativo no processo de integração. Isso já era de se esperar, já que Kirchner, mergulhado em problemas domésticos, pôde minimizar suas propostas na área de política externa, defendendo o Mercosul que servia para se diferenciar de Menem (que voltava a insistir na relação com os norte-americanos), e o beneficiava, ao garantir o apoio político do presidente Lula durante sua campanha, cuja imagem positiva junto aos argentinos era surpreendente.

Aos poucos, expectativas positivas viram-se transformadas em resistências na construção de uma nova agenda de negociações para o Mercosul. E alguns sinais mais recentes apontam mais dificuldades, de coordenação de posições e de desconfiança entre os sócios.

A primeira reunião do Mercosul após as eleições dos atuais presidentes do Brasil, Argentina e Paraguai, em junho de 2003, mostrou uma agenda de negociações não muito diferente das anteriores, com a proposta da “Agenda 2006”. A Argentina voltou a insistir numa moeda comum, no Parlamento Mercosul, e no avanço da coordenação de políticas tributárias e fiscais. Entretanto, sem discutir como tudo isso poderia ser concretizado.

Do lado brasileiro, prevaleceu o discurso integracionista, defendendo a maior participação da sociedade civil no processo, e a reprogramação da agenda de negociações para fortalecimento da união aduaneira até 2006. Mas podemos dizer que o Brasil fez mais propostas concretas – no sentido de tentar viabilizar tais propostas com ações efetivas – do que seus parceiros.

A preocupação maior veio dos países membros menores. Paraguai exigiu o tratamento de assimetrias dentro do Mercosul, de forma que as negociações o beneficiassem, e o Uruguai defendeu maior flexibilidade nas negociações da união aduaneira – pensando provavelmente em não fechar as portas

* Professora de Relações Internacionais da PUC-SP e pesquisadora do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI).

para uma possível aproximação com os norte-americanos.

Em setembro de 2003, o tema central foi a coordenação dos países membros nas negociações externas, sobretudo com a Comunidade Andina, além de outros acordos com China, Índia e África do Sul e União Européia. Aqui parece haver uma convergência maior de posições, pois há coincidência de interesses. E, claramente, todos se beneficiam de uma postura brasileira mais assertiva.

Entretanto, as negociações da Alca – cujas discussões se diluíram, após a Reunião Ministerial de Miami em novembro do ano passado – revelaram uma preocupação maior dentro do Mercosul. Além da fraqueza das propostas da Agenda 2006, ficou mais claro o risco de Paraguai e Uruguai serem seduzidos por algum tipo de proposta dos Estados Unidos, cuja estratégia de negociações bilaterais parecia prevalecer após o fracasso da reunião da OMC em Cancún.

Observou-se não ter sido fácil coordenar uma posição comum do Mercosul em Trinidad Tobago. E a postura brasileira de propor uma Alca light, e o aumento da indisposição dos Estados Unidos com a postura brasileira, parece não agradar nossos parceiros que, embora busquem um reforço político no bloco, provavelmente não teriam problemas em dissociar as negociações do Mercosul, das negociações com os Estados Unidos na Alca, o que certamente enfraqueceria o bloco.

Diante das dificuldades de chegar a um consenso sobre o próprio formato da negociação na Alca, a União Européia parece ter ocupado, desde março deste ano, o espaço na agenda mais forte de

negociações do Mercosul, supostamente mais palatável que os americanos. Mas o que parece claro é que o Mercosul sobrevive internacionalmente graças a uma agenda externa.

Entretanto, podemos dizer que a sua sobrevivência interna se mantém graças a um processo “paralelo” de integração que é a integração de vários setores da sociedade civil que têm se movimentado nos últimos anos, e contribuído para a consolidação do bloco. Além das centrais sindicais que se organizaram desde o início do acordo em 1991, surgiram nos últimos anos atores relevantes para a continuidade da integração. Além dos empresários que passaram a demonstrar um interesse maior pelo Mercosul (para os brasileiros, provavelmente o interesse se ampliou mais pelos aspectos negativos que positivos da integração), a comunidade acadêmica e os governos estaduais/provinciais e municipais passaram a se envolver mais afirmativamente, encontrando na integração regional um espaço privilegiado de diálogo. A formação da rede Mercocidades, do Fórum Universitário Mercosul e da ampliação de acordos entre universidades brasileiras e argentinas, são exemplos de um processo de integração social, que evoluiu descolado dos acordos governamentais, num processo de *spill over* difícil de reverter.

Nesse contexto, é preciso repensar a agenda de negociações também do Mercosul, pois a relevância do bloco continua se pautando mais pelas negociações externas, do que propriamente por um projeto de desenvolvimento interno. Espera-se dos governos respaldo para dar continuidade à integração e uma maior institucionalização do processo.

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI e adquira os livros publicados pelo IBRI

Na **Loja do IBRI** é possível adquirir os livros editados pelo Instituto, assinar a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI* e inscrever-se em eventos promovidos pela Instituição. Visite o novo site do IBRI em <http://www.ibri-rbpi.org.br> .

O breve século XXI e o novo conflito de lideranças: EUA versus EUA

José Ribeiro Machado Neto*

Até o início da última década do século XX, admitia-se que o próximo século pertenceria aos países que estivessem cuidando com mais intensidade do ensino nas escolas e nas universidades e, também, aos que estivessem vencendo a corrida científica. Com a reunificação alemã após a queda do muro de Berlim, em fins de 1989, que pôs fim à Guerra Fria e motivou consequentemente a derrocada da União Soviética, surgiria uma nova arquitetura geopolítica mundial sob a unipolaridade política dos Estados Unidos, demonstrada sem rodeios pela hegemonia conjuntural econômica e militar.

A unipolaridade confundida com a liderança dos EUA após a Guerra do Golfo trouxe de volta o espectro da Doutrina Truman, só que dessa vez, os norte-americanos não estão tentando encobrir a espionagem soviética e nem o Congresso republicano está sugerindo a aprovação de uma nova legislação anticomunista. Os EUA, a maior potência econômico-militar do mundo, mesmo antes do atentado de 11 de setembro de 2001, já admitiam a vulnerabilidade de seu espaço, no continente e no além-mar, isto é, desde o Havaí ao espaço geopolítico de seus principais aliados europeus.

Segundo Rice, assessora de segurança nacional do presidente Bush, foi esta conscientização que inspirou a Doutrina Bush, cujo fundamento básico retrata a atual política externa norte-americana e assenta-se, principalmente, na segurança. À primeira vista, a Doutrina Bush demonstra que os EUA desejam ser o promotor da democracia em todo o Universo, garantindo, através da *Pax Americana* a paz e a segurança internacional. Entretanto, a Doutrina Bush foi concebida, a exemplo da Doutrina Truman, pela imprensa dos EUA e, até agora, não parece constituir-se numa importante inovação da história das relações internacionais contemporâneas.

Outro aspecto a ser observado com atenção na Doutrina Bush diz respeito ao fato que os EUA, a partir de setembro de 2001, com a adoção da nova estratégia nacional de segurança, tornaram-se responsáveis e decididos a atacar, com antecedência, qualquer inimigo julgado capaz de ameaçá-los. Nas doutrinas Truman e Eisenhower os EUA pareciam mais dispostos a ameaçar do que a agir de imediato, decisão que permitia buscar o enquadramento da questão no concerto político internacional, excetuando-se o *fait-acompli* da Coreia, em 1950, e de Cuba, no início da década de 1960, retratos de perdas e ganhos da diplomacia norte-americana, mais perdas dos que ganhos.

O elenco de ameaças, a maioria de natureza externa ao *establishment* americano, tem se confrontado com a corrente de intimidação interna, bem próxima do *approach* ideológico que conta com o apoio de congressistas republicanos, herdeiros de Eisenhower. O distanciamento da convergência dessas correntes define o clima de antagonismo do governo Bush: republicanos ortodoxos contra republicanos aliados a democratas. Uma cizânia, porém, não um *apartheid*.

Os republicanos ortodoxos são vistos também como órfãos da Guerra Fria, a exemplo do senador Lar E. Craig, do Estado de Idaho, que privilegia o combate à corrente externa, fortalecidos com os impactos do atentado de 11 de setembro. Os republicanos moderados, próximos do senador Bill Frist, do Estado do Tennessee, defendem, com relativa despreocupação, a segurança interna, onde os bolsões de vulnerabilidade são bem mais discretos, ainda que ameaçadores à caça de votos e à crença e imagem que a América ainda é a terra prometida para todos e um espelho de liberdade para o mundo, paráfrase adotada posteriormente pelo presidente Bush.

*Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília e professor da Universidade Católica de Brasília (UCB).

Nesse quadro unipolar desponta como um complicador à manutenção da liderança política mundial dos EUA os elevados índices de crescimento econômico ininterruptos da China. Na última década o crescimento notável de 7,8% em média, haveria de provocar sensíveis mudanças estruturais no país, consagrando uma nova vertente do capitalismo em que o Estado e o Partido Comunista defendem não somente o proletariado, soldados e camponeses, mas também, empresários e investidores, um desvio de fluxos de capitais da América para a Ásia.

Adicionando-se o sucesso exportador, o volume de transferência de capitais e das práticas de coesão da União Européia ao quadro econômico da China, o protecionismo americano retorna pela imposição de tarifas de até 30% sobre importações indiscriminadas de aço e de madeira do Canadá, país com o qual, supostamente, tem livre comércio. Além disso, o governo e o Congresso endossaram uma nova Lei Agrícola que perpetua consideráveis subsídios à agricultura norte-americana, muito embora os EUA condenem prática semelhante em outros países.

As dissonâncias causadas pelas práticas protecionistas recentemente adotadas pelos EUA refletem a ausência do tradicional e ortodoxo bipartidarismo. Num passado não muito distante, republicanos e democratas convenciam o país da viabilidade e das vantagens dos acordos bilaterais, da liberalização do comércio, da importância de uma maior aproximação com a China, da necessidade temporária do *fast-track* e, inclusive, de guerras preventivas. Os dois primeiros anos do governo democrata de Clinton são considerados o ápice da

política comercial norte-americana do pós-guerra ao reafirmarem o bipartidarismo.

É evidente que a unipolaridade política dos EUA motivada pelas dissonâncias republicanas é responsável pela antecipação da Guerra do Golfo em 1990 e pelo novo e frágil círculo de relações comerciais entre os EUA e o mundo árabe. São relações que colocam em cheque a condenação exclusiva do Iraque pelos EUA e seus aliados como a nação espúria e culpada pelo desequilíbrio de poder no Oriente Médio, excluindo, portanto, Israel.

O entendimento político entre republicanos e democratas durou até a proximidade da Guerra do Vietnã e, até mesmo na década de 1970, os republicanos divergiam entre si quanto ao apoio à *détente* iniciada por Nixon-Kissinger e quanto ao prosseguimento dos programas nucleares. Divergiram também quanto à forma de combate ao comunismo na América Latina e ao uso da força para defender os interesses americanos no mundo: Granada, Panamá, Líbano e Somália, exemplos bélicos de resultados pífios e, conseqüentemente, comprometedores da liderança americana.

As recentes ações nos Balcãs, no Afeganistão e no Iraque tiveram como conseqüências tanto a perda de parcela considerável da liderança e do mito americanos, como a ascensão do terrorismo global e a não validação da Doutrina Bush como *background* político atual dos EUA. Por conseguinte, pode-se acrescentar a necessidade de Washington em insistir na promoção de novas conversas para novos acertos com os aliados europeus e, de certa forma, a atenuação dos brados protecionistas, até então, dirigidos principalmente para a América Latina.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



ISSN 1518-1219

Editor: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial: Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, João Paulo Peixoto, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e edit. eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – samueltabosa@ig.com.br